

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011



Controladoria-Geral da União

EXERCÍCIO 2011

ANO BASE 2010



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Controladoria-Geral da União

EXERCÍCIO 2011

ANO BASE 2010

Brasília
2011

Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União
Jorge Hage Sobrinho

Secretário-Executivo
Luiz Navarro de Britto Filho

Secretário Federal de Controle Interno
Valdir Agapito Teixeira

Secretário de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas
Mário Vinícius Claussen Spinelli

Corregedor-Geral da União
Marcelo Nunes Neves da Rocha

Ouvidor-Geral da União
José Eduardo Elias Romão

Diretor de Gestão Interna
Cláudio Torquato da Silva

Diretor de Sistema e Informação
José Geraldo Loureiro Rodrigues

Chefe da Assessoria Especial de Gestão de Projetos
Jaine Mailda Pena Cirqueira

APRESENTAÇÃO

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental. Nesse sentido, os resultados apresentados no Relatório de Avaliação do PPA 2008-2011 devem ser debatidos, de modo a permitir o avanço da democracia na interação entre o Estado e a Sociedade.

A fim de cumprir o disposto no art. 19º da Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008 e o Decreto nº 6601 de 10 de outubro de 2008 que trata do modelo de gestão do Plano Plurianual 2008-2011, coube aos órgãos do Governo Federal elaborarem a avaliação dos Objetivos Setoriais e dos Programas sob sua responsabilidade. O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com gerentes dos programas e equipes técnicas no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, que são integrantes das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), das Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs) e das Secretarias Executivas.

As avaliações versam sobre os resultados provenientes da implementação dos programas de cada órgão e incluem demonstrativos físicos e financeiros dos valores referentes às ações desenvolvidas, tanto no âmbito do próprio órgão responsável quanto em outros Ministérios, no caso dos programas multissetoriais. Esse relatório confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais. Além disso, facilita a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando assim informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade brasileira.



SUMÁRIO EXECUTIVO

A Controladoria-Geral da União (CGU) é responsável por um único programa de governo, 1173 - Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção, que tem por objetivo desenvolver as atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, em cumprimento ao disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, assim como prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública, além de aprimorar e fortalecer as atividades de investigação, apuração e repressão das irregularidades no Poder Executivo Federal.

Além deste programa a CGU executa ação inerente ao programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União, cujo montante autorizado em 2010 correspondeu a R\$ 36.782.627,00 e liquidado a R\$ 36.500.466,66.

Dessa forma, em 2010, do valor total previsto para a CGU, foram utilizados R\$ 654.512.601,47, de acordo com o seguinte quadro:

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 696.833.943,00	Empenho Liquidado:	R\$ 654.512.601,47
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 654.512.601,47
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

Fonte SIGPlan de 10.10.2011

Além disso, do total de R\$ 13.104.437,51 inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2009, foram executados R\$ 11.093.407,33, ou seja, 84,65 %.

Com relação ao programa 1173 - Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção, foi autorizado o montante de R\$ 660.051.316,00 e liquidado o valor de R\$ 618.012.134,81, conforme detalhamento a seguir:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2010		
		Previsto	Realizado	%
Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	1173 Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção	660.051.316,00	618.012.134,81	93,63
Total Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais		660.051.316,00	618.012.134,81	93,63
Total Geral		660.051.316,00	618.012.134,81	93,63

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
2B13 - Ações de Prevenção à Corrupção e Transparência Governamental (Ação de Prevenção/Unidade)	668	624	93,47	13.382.032,00	8.121.329,00	60,69
20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos (Servidor Beneficiado/Unidade)	1.851	0	0,00	333.121,00	0,00	0,00
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (Pessoa Beneficiada/Unidade)	4.206	2.515	59,80	3.924.817,00	3.881.832,21	98,90

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados (Criança Atendida/Unidade)	443	382	86,23	504.763,00	378.019,09	74,89
2012 - Auxílio- Alimentação aos Servidores e Empregados (Servidor Beneficiado/Unidade)	2.673	2.584	96,67	9.672.248,00	9.367.322,57	96,85
2011 - Auxílio- Transporte aos Servidores e Empregados (Servidor Beneficiado/Unidade)	537	48	8,94	279.988,00	56.408,26	20,15
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (Servidor Capacitado/Unidade)	2.000	2.780	139,00	1.800.000,00	1.420.982,61	78,94
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	n/a	n/a	n/a	97.307.586,00	94.593.697,92	97,21
2B15 - Correição no Poder Executivo Federal (Ação de	1.800,00	2.187,00	121,50	2.429.800,00	1.810.200,14	74,50

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Correição/Unidade)						
2D58 - Fiscalização e Controle da Aplicação dos Recursos Públicos Federais (Ação de Controle/Unidade)	11.500	14.578	126,77	13.053.428,00	11.666.417,78	89,37
4998 - Gestão do Sistema Federal de Ouvidorias	24	11	45,83	350.000,00	152.059,45	43,45
2272 - Gestão e Administração do Programa (Evento Realizado/Unidade)	n/a	n/a	n/a	510.913.533,00	486.450.728,41	95,21
4641 - Publicidade de Utilidade Pública	n/a	n/a	n/a	1.000.000,00	0,00	0,00
110C - Reforma, Adaptação e Modernização das Unidades Regionais da Controladoria-Geral da União (Sede reformada/Unidade)	25	10	40	5.100.000,00	113.137,43	2,22
Total				660.051.316	618.012.134,87	---

Principais Resultados

A Controladoria-Geral da União (CGU), criada pela Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, atua como órgão central das funções de controle interno e correição no Poder Executivo Federal. Desenvolve, ainda, ações voltadas para a orientação técnica das unidades de ouvidoria e para a promoção da transparência e a prevenção da corrupção, que se destacam no núcleo essencial da proposta política e do programa de metas fundamentais do Governo Federal.

A estratégia de gestão adotada pela Controladoria-Geral da União (CGU) no ano de 2010, com vistas a alcançar os objetivos estabelecidos para o único programa de governo a seu cargo, procurou sedimentar e fortalecer as ações já existentes. Os principais projetos e atividades foram mantidos, entretanto, procurou-se maximizar seu alcance e efetividade.

Seu norte de atuação visou contribuir para o alcance de uma boa governança pública, para a promoção da ética e da transparência, bem como para a redução das vulnerabilidades e riscos de ocorrência da corrupção. Privilegiou-se a linha de orientação aos gestores públicos na execução de suas ações de modo a desenvolver capacidades e instrumentos para subsidiar o processo decisório e prevenir a ocorrência de eventuais desvios, bem como de propor, quando necessário, medidas corretivas, tendo em vista o interesse público.

Além disso, a CGU, quando necessário, procurou aplicar punição a ações desviantes, por exemplo, ao garantir a responsabilização dos agentes públicos federais ímprobos. Os principais resultados das ações de controle e ações de capacitação promovidas refletem-se no aprimoramento da gestão dos Recursos Públicos e podem ser verificados em vários órgãos da Administração Pública Federal.

Instituído pela CGU em 2004, o Portal da Transparência tem conquistado diversos prêmios e reconhecimentos nacionais e internacionais e em 2010 recebeu quase 3 milhões de visitas e possibilitou o acesso público às informações de aplicação de recursos públicos no montante de R\$ 7,7 trilhões. A publicidade desses dados possibilita que a sociedade controle a ação dos governantes e fiscalize a aplicação do dinheiro público.

Visando ao monitoramento sistemático de gastos públicos, o Observatório da Despesa Pública (ODP) já recebeu três prêmios que ressaltam sua característica inovadora e o grande potencial como ferramenta de apoio a gestão pública e ao controle interno do Governo Federal.

Em 2010, pesquisa feita pelo International Budget Partnership (IBP), classificou o Brasil em 9º lugar em um ranking de 94 países que tiveram o seu grau de transparência do orçamento público analisado pelo IBP. Nesse mesmo ano, o Portal da Transparência foi considerado o melhor site de transparência pela ONG Contas

Abertas, que criou um Índice de Transparência (IT) para comparar sites dos governos federal, estaduais e municipais. Para medir a diferença no grau de transparência entre os países, o instituto criou o Open Budget Index, que vai de 0 a 100%. No ranking da IBP, o governo federal brasileiro atingiu 74%, ficando à frente de Alemanha (64%), Índia (60%) e Rússia (68%). O relatório aponta, ainda, que os dados fornecidos aos brasileiros quanto aos gastos públicos são "satisfatórios", elogiando o compromisso do Brasil em divulgar seus dados e a possibilidade da população de acompanhar os gastos e planos anuais de governo.

Com vistas à conjugação de esforços para otimizar a gestão pública e intensificar o controle preventivo, a Controladoria está aprofundando as relações de cooperação em todas as instâncias e oportunidades. A partir das experiências bem sucedidas de orientação e capacitação de gestores e com o objetivo de potencializar o efeito benéfico dessas ações em busca de uma gestão pública federal eficiente e eficaz, foi instituído, pela Portaria CGU nº 1.965/2010, o Programa de Capacitação e Orientação dos Gestores Públicos Federais (Capacita). Nos últimos dois anos foram capacitados mais de 15 mil servidores em diversos temas, com destaque para aprimoramento dos controles internos administrativos, convênios, licitações e contratos. Em 2010 foram realizados 87 eventos, na linha de Orientação e Apoio à Gestão envolvendo mais de 7.700 servidores. Na área de Direito Disciplinar, a CGU, desde 2006, capacitou 6.929 servidores nos 26 Estados, sendo 1.928 em 2010. Para ampliar o alcance dessas ações, vem investindo progressivamente, desde 2007, na utilização de técnicas de educação à distância (EaD), com participação de mais de 12 mil alunos em temas afetos à prevenção da corrupção.

No contexto das ações de fomento ao controle social e à cidadania, o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público já beneficiou, desde 2004, 1.639 municípios brasileiros com a capacitação de mais de 37 mil cidadãos, promovendo a crescente conscientização da sociedade sobre a importância da transparência na administração pública, da responsabilização e do cumprimento dos dispositivos legais para boa gestão dos recursos públicos.

Pelo Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, até 2010, 1.868 municípios foram atendidos, com capacitações realizadas para mais de 14 mil servidores públicos.



Adicionalmente, ainda em 2010, foram desenvolvidas diversas ações para promoção da ética e da consciência cidadã junto ao público infanto-juvenil. O objetivo é formar cidadãos éticos e conscientes que futuramente poderão contribuir para o controle social dos gastos públicos. Essas ações já envolveram mais de 990 mil alunos e 31 mil professores, sendo 266.924 alunos e 8.362 professores somente em 2010.

A CGU acompanha a implementação, no Brasil, das medidas previstas em três tratados internacionais ratificados na área de prevenção e combate à corrupção: Convenção da ONU, Convenção da OEA e Convenção da OCDE.

Com o intuito de dialogar com empresas nacionais sobre seu papel na consolidação de um ambiente íntegro e de combate à corrupção no setor privado, ampliou significativamente sua atuação em relação ao fomento e à adoção de práticas de ética e integridade por parte deste setor na luta anticorrupção.

Na produção de informações estratégicas para combate ao enriquecimento ilícito entre 2006 e 2010, investigou 2.780 pessoas físicas (CPF's) e 2.569 pessoas jurídicas (CNPJ's).

A Controladoria exerce a função de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e, para atingir seus objetivos, atua em pelo menos cinco frentes de trabalho. Em 2010, foram realizadas 14.578 ações de controle para subsidiar a avaliação dos principais Programas de Governo. No campo da avaliação da gestão dos gestores públicos federais, que tem como principal objetivo contribuir para a melhoria da gestão a partir da identificação de questões que impactaram os resultados do exercício, foram realizadas 1.880 auditorias.

Desde 2003 mantém o Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, o qual se encontra em sua 33ª edição regular, e já abrangeu cerca de 34,7% dos municípios brasileiros, atingindo em torno de R\$ 16,8 bilhões fiscalizados.

No campo das ações investigativas, as ações situam-se em um objetivo amplo de prevenção e enfrentamento sistemático da corrupção. Em 2010, foi objeto de análise um total de 3.033 denúncias e representações e concluídas 1.613 ações de controle, realizadas em 256 municípios. Os relatórios são encaminhados aos Ministérios gestores, aos demandantes e ao Tribunal de Contas da União e, dependendo da gravidade das situações identificadas, à Polícia Federal e ao Ministério Público. Nesse sentido, trabalhos importantes foram realizados em articulação com outros

órgãos de defesa do Estado, dos quais se destacam as seguintes operações: Parceria/PR, Mão Dupla/CE, Uragano, Mãos Limpas/AP, Via Ápia/RN, Atlântida/MT, Vide Bula/PA e Caixa de Pandora.

Considerando a relevância e a prioridade atribuída ao Programa de Aceleração do Crescimento, foi definida linha de ação específica com o objetivo de permitir o acompanhamento das obras de forma sistemática, possibilitando a correção de problemas no seu andamento e propiciando o controle preventivo. Em 2010 foram realizadas 1.865 ações relacionadas ao PAC. A CGU promoveu também ações para a transparência e o controle dos investimentos públicos federais para a realização da Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

No campo da Auditoria de Recursos Externos e Projetos de Cooperação Técnica Internacional foram 92 projetos federais auditados e 185 auditorias realizadas. Na área de Tomadas de Contas Especiais, 1.106 processos foram certificados e encaminhados ao TCU para julgamento - representando retorno potencial aos cofres do Tesouro de R\$ 1,7 bilhão. Quanto à auditoria de pessoal destacam-se como principais resultados a criação de 53 novas trilhas eletrônicas de auditoria e a análise de 99.473 atos de pessoal envolvendo R\$ 647,7 milhões.

No contexto das ações relacionadas ao combate à impunidade, a melhoria do acompanhamento das ações disciplinares possibilitou, de 2007 a 2010, o acompanhamento e a verificação da regularidade de 4.029 procedimentos disciplinares (1.257 somente em 2010), dentre os mais de 21 mil instaurados por órgãos e entidade do Poder Executivo Federal e a recomendação de instauração de 1.306 processos disciplinares.

Como resultado efetivo do aumento da capacidade de promoção direta de ações disciplinares, evidencia-se o crescente número de punições expulsivas aplicadas a servidores, as quais, em relação a componentes do regime estatutário, totalizam 2.141, de 2006 a 2010. Em 2010 foram aplicadas 521 apenações expulsivas: 433 demissões, 53 destituições e 35 cassações. No tocante às apenações de cunho não-expulsivo, de 2007 até 2010, foram computadas 1.857 suspensões e 1.907 advertências, sendo em 2010, 447 suspensões e 393 advertências. Dentro do regime celetista, de 2006 até 2010, foram arbitradas 3.497 punições expulsivas, 595 delas somente em 2010.

A “Comissão de Processo Administrativo de Fornecedores” (CPAF), já propôs a declaração de inidoneidade de 14 pessoas jurídicas desde a sua instituição em 2007. Em relação ao Cadastro de Empresas Inidôneas ou Suspensas (CEIS), o quantitativo de penalidades divulgadas passou de 1.063 no final de 2008 para 3.757 em 2010.

Desde 2003 o segmento de ouvidorias do Poder Executivo Federal demonstra incremento no quantitativo de unidades especializadas, atingindo, em 2010, 165 unidades de ouvidoria em operação, responsáveis pelo encaminhamento de soluções de mais de três milhões de manifestações de cidadãos ao ano.